
Carlos Alberto Faraco, *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016, 399 páxinas.

Data de recepción: 18/06/2016 | Data de aceptación: 15/07/2016

«As línguas são fascinantes»: com essa frase inicia Carlos Alberto Faraco sua extensa monografia sobre a história do português. Trata-se de um ponto de partida que vai impregnar boa parte deste trabalho também fascinante. Porque Faraco evita quase sempre uma das grandes tentações dos que falam sobre alguma das línguas demograficamente maiores do mundo – com uma história que com frequência tem permitido arroubos desmesurados (à par, é preciso também reconhecê-lo, de declarações depressivas dificilmente compreensíveis para aqueles que falamos línguas «pequenas»): o chauvinismo linguístico. Desde o início, o autor lembra-nos a impossibilidade de falar da história de uma língua isoladamente, sem referência às outras, àquelas com as que compartilhou falantes e/ou espaço. Porque não há língua que não tenha estado em contato com outras, muito menos, evidentemente, uma língua com uma longa história colonial.

O livro de Faraco apresenta duas partes bem diferenciadas. A primeira constitui a história sociopolítica propriamente dita, das primeiras notícias de um romance diferenciado na Gallaecia Magna até hoje. Apesar de a ordem cronológica ser em grandes linhas o critério de apresentação dos factos, é preciso levar em conta que não estamos frente a uma típica obra de consulta, mas sim frente a um livro pessoal, que tem muito de ensaio. Assim, o autor vai revisando os principais acontecimentos históricos relacionados com a língua ao longo dos séculos, mas também introduzindo elementos de reflexão que podem atravessar épocas, ou introduzindo um capítulo mais temático do que cronológico, como o sexto, «Língua “oficial”», que revisa o conceito na Europa e inclui uma pormenorizada explicação da sua origem moderna na França revolucionária, ou o 13, «*Pidgin* e línguas crioulas», centrado na aparição dessas variedades linguísticas de base portuguesa.

Evidentemente, há um espaço importante dedicado à política e à planificação linguística ao longo da história. Nessa área o autor salienta uma ideia interessante: houve algumas disposições legais destinadas a impor o português nos territórios conquistados, mas a maior parte delas tiveram uma eficácia muito menor, ou pelo menos muito discutível, apesar de serem muito extremas (uma das primeiras, ainda no século xv: pena de morte para os tabeliães judeus que usarem o hebraico!). É paradigma dessa legislação o Diretório de 1757, que estabeleceu nos domínios

portugueses de América «o uso da Língua Portuguesa, naõ consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem ás Escolas, e todos aqueles Indios, que forem capazes de instrução nesta materia, usem da Língua própria das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza» (citado na p. 101). Para Faraco alguns historiadores exageraram e supervalorizaram o efeito real do Diretório, que na verdade «contribuiu muito pouco para isso [a hegemonia do português no Brasil], se é que efetivamente teve qualquer efeito concreto» (p. 102-103). Os fatores decisivos foram socioeconómicos, muito mais do que político-legislativos.

Ao mesmo tempo, o autor assinala a errática e dubitativa política sobre a língua que o império português foi aplicando aos distintos territórios. Em Goa, por exemplo, havia «uma diretriz política clara [...] de que todos os religiosos que assumissem a direção de uma igreja deveriam saber a língua da terra» (p. 88), mas em 1684 essa política mudou: «os Parochos e mestres das escolhas ensinarão aos meninos a doutrina christã no mesmo idioma [Português], para que pelo tempo em diante fique sendo para todos commum, sem mais usarem da materna» (citado na p. 89). A questão da língua acabará por ser um elemento importante na guerra entre os jesuítas e o seu projeto de criar um autêntico estado na América (defensores das línguas indígenas) e as coroas ibéricas, dispostas a não deixar escapar o controlo daquelas terras (e a impor a língua colonial).

O livro tenta explicar, então, a dinâmica que levou o português a ser hegemónico no Brasil, num quadro multilíngue complexo no qual as línguas ameríndias e também as africanas tiveram o seu papel. Faraco salienta alguns elementos nesse processo que certamente aparecem como paradoxos ao leitor. Talvez o mais surpreendente seja «que foram os africanos e afrodescendentes [...] os grandes responsáveis pela difusão pelo território brasileiro do chamado português popular» (p. 147), em prejuízo tanto das próprias línguas africanas quanto das línguas da terra e nomeadamente das chamadas línguas gerais. O autor é crítico com esse processo e expõe com frequência as contradições entre um discurso civilizatório e evangelizador e umas práticas exploradoras e de genocídio cultural.

A polarização do português no Brasil tem também um papel importante nessa história. O português popular brasileiro, atravessado pelos vários substratos de uma sociedade multilíngue e pela própria dinâmica de mudança, diferencia-se consideravelmente do português padrão europeu, modelo linguístico das elites. Deste jeito, «se a cor da pela funcionava (e continua funcionando) como marcador social da diferença, a língua portuguesa polarizada cumpria (e continua cumprindo) essa mesma função» (p. 148). Faraco leva a cabo uma interessante análise dos conflitos gerados por uma ideologia linguística purista e eurocêntrica em confronto com a evidência de que

os brasileiros realmente usam umas formas próprias distintas das europeias. Para ele, depois de décadas e décadas de brigas, «hoje não há resquício no Brasil do pressuposto de que a língua “verdadeira”, a língua “certa”, a língua “legítima”, a língua “pura” tem sua moradia em Lisboa. Portugal, nesse sentido, foi claramente esquecido» (p. 174). Vale a pena salientar a interessantíssima revisão que inclui o livro sobre o processo de construção do padrão, através da planificação do corpus, particularmente o apartado 24.3 «A gramaticografia», assim como o inevitável percurso pela questão da ortografia.

A segunda parte do trabalho é um extenso estudo sobre a Lusofonia. O autor percorre os grandes eixos ideológicos que teorizaram um espaço supranacional baseado na suposta língua comum, a começar pelo projeto do padre Vieira e o seu Quinto Império, ideia que adotou e adaptou Fernando Pessoa, sem esquecer as originais aportações de Agostinho da Silva. Nesse quadro, destaque especial merece o lusotropicalismo de Gilberto Freyre e as inúmeras críticas que já recebeu como reedição de um ideário colonialista e como invenção de um imaginário extremamente benévolo e idealizado do império português.

Mas a ideia de uma comunidade internacional de interesses vê-se influenciada pelo modelo das políticas linguísticas e os mitos promovidos por outras antigas potências coloniais como a França com a sua Francophonie (que também é objeto de uma breve análise na obra) ou as tentativas de encerrar a língua espanhola como um ativo económico (seguindo a esteira do que conseguiram largamente os países anglófonos). Para Faraco, porém, até agora o projeto da Lusofonia foi sobretudo um empenho de Portugal e não contou (ou contou poucas vezes) com a cumplicidade e o apoio quer do Brasil – que não vê nele uma defesa dos seus próprios interesses internacionais –, quer das antigas colónias africanas. O autor traça uma história da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e analisa, acompanhando Barbosa da Silva, os principais ideogramas dos discursos produzidos por essa instituição, e que sintetiza em quatro eixos: «o ufanista (que destaca as glórias da língua); o defensor (que manifesta a necessidade de defender a língua portuguesa face a ameaças externas que visualiza); o apreensivo (que demonstra preocupações referentes à política linguística que almeja); e o idealista-apaziguador (que apresenta as metas da política linguística para a difusão da língua portuguesa como forma de apaziguar os embates no interior do próprio discurso)» (p. 309-310).

Faraco mostra-se crítico com muitos dos mitos criados entorno de uma suposta comunidade cultural produto de um legado português: «Esse legado é muito mais mítico do que real: ele está ainda por ser empiricamente detalhado – ou seja, ainda é preciso responder criticamente a pergunta sobre que legado positivo pode ter deixado um Estado fundamentalmente patrimonialista, uma sociedade controlada

durante trezentos anos pelo obscurantismo da Inquisição, marcada por grande atraso educacional, científico, tecnológico, econômico e gerida por uma tradição política predominantemente autoritária» (p. 316). Apesar do qual, o autor não abre mão de uma certa ideia de comunidade cultural baseada no português, embora pluricêntrica e diversa: «estamos levantando a hipótese da conveniência de ações convergentes de gestão e promoção que podem ser coordenadas coletivamente num espaço institucional multilateral, sem qualquer prejuízo às ações estritamente nacionais» (p. 353).

O livro de Carlos Alberto Faraco é certamente uma referência ineludível no seu campo, uma obra que, aliás, se lê com grande prazer e que oferece uma perspectiva crítica infelizmente nem sempre comum (estamos mais habituados às *grandeurs*, embora o português quase sempre balance entre o ufanismo citado e a minusvalorização depressiva). É verdade que alguns pormenores podem surpreender, como o facto de usar a expressão «família camito-semítica» (nota 21 p. 65) ou o de aceitar sem crítica o dado fornecido pelo Observatório da Língua Portuguesa quanto ao número de falantes de Português, «pouco mais de 250.000.000» (p. 361).¹ *Pecata minuta*: num anúncio radiofónico do Institut Français de Barcelona afirma-se que o francês é falado por mais de 300 milhões.

Mesmo assim, e sem deixar de reconhecer o enorme valor deste trabalho, não é possível para os que falamos línguas minorizadas passar por alto uma questão chave. Certamente Faraco inclui no seu trabalho a presença dessas «outras línguas» que o português foi encontrando no seu percurso, mas a importância da maior parte dessas línguas é bastante secundária, talvez com a exceção das línguas gerais brasileiras. É claro que o livro trata da história sociopolítica do Português, e portanto é lógico que ela seja o centro de interesse. Mas encontra-se a faltar na reflexão geral uma maior preocupação por todas essas línguas que, afinal, perderam e perdem frente ao Português. Particularmente quando o autor afirma que «postos em contato num mesmo espaço, falantes de línguas muito diversas tendem a abandoná-las, buscando construir condições de interação por sobre o multilinguismo» (p. 143), o que faz pensar que a presença crescente do Português nas ex-colónias africanas significa necessariamente o abandono das línguas pré-coloniais. A preocupação manifestada no livro pelo futuro do português e pelo seu papel no cenário internacional não tem a mesma dimensão que a preocupação pelo futuro do quimbundo ou o macua, por

1 Segundo o Observatório, são 261.561.000 (<http://observalinguaportuguesa.org>; consulta: 7 de junho de 2016). Só em Moçambique haveria 19.485.000, mas segundo o Anuário de 2014 disponibilizado em Internet pelo Instituto Nacional de Estatística do Governo Moçambicano o país inteiro tem 25 milhões de habitantes. Mais surpreendente ainda é o dado sobre Portugal: 15.476.000 falantes de Português, sobre uma população, segundo o site do Instituto Nacional de Estatística de Portugal (<https://www.ine.pt>; consulta: 7 de junho de 2016), de 10.374.822 em 2014.

não falar das dezenas de línguas brasileiras que só retiveram um pequeno grupo de falantes. É preciso reconhecer que alguma preocupação no autor existe, quando diz, por exemplo, que «permanece como um problema crucial em alguns desses países a questão das demais línguas maternas da população», e denuncia que «na política centralista dos governos do período em que esses países estiveram sob o regime do partido único, essas línguas foram, em geral, deixadas de lado» (p. 330). Estamos muito longe de posições abertamente glotofágicas como a de Isabel Pires de Lima (citada no livro, p. 102), quem elogia «a iluminada medida [...] do Marquês de Pombal, de uma eficácia colonizadora ímpar, de proibir, em 1758, o uso da chamada língua geral, isto é, o tupi, no Brasil». Mas continuamos numa certa aceitação do darwinismo linguístico que pressupõe a sobrevivência de umas poucas grandes línguas num futuro mais ou menos próximo. E frente a essa fatalidade é preciso se posicionar. Isto é, Faraco não propõe quebrar esse jogo em nome duma ordem linguística que permita a convivência e a sustentabilidade linguística, embora possa lamentar o custo que ele já teve e ainda vai ter. Talvez porque afinal o português vai estar entre as finalistas.

Ainda um apontamento crítico com a edição: o índice de assuntos, tão importante nesse tipo de obras, deveria ser mais seletivo: uma entrada com 30 ou 40 números de página não contribui muito para um uso prático do livro.

Em conclusão, Carlos Alberto Faraco fez uma obra ambiciosa, pessoal e extremamente útil, não só pelo rigor e pela grande quantidade de informação, mas também pela perspectiva e as orientações bibliográficas: um trabalho essencial no seu campo, de obrigada (e prazerosa) leitura.

Pere Comellas